

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Proximidade do Paro

Class.: 11

Data: 11/02/85

Pg.: 12

### Funai reage contra o decreto que libera reservas indígenas

"É desastrosa". Assim reagiu o delegado regional da Funai, Salomão Santos, ao comentar o decreto-lei assinado antontem pelo Presidente Figueiredo, liberando as terras indígenas para a exploração de jazidas minerais. Por orientação do próprio presidente do órgão, Nelson Marabuto (o anterior, Jurandyr Fonseca, pediu demissão por ser contra essa medida), ele passou mensagens radiofônicas às tribos indígenas do Pará e Amapá, informando que "a Funai não teve nenhuma participação nisso. E que não permitirá a entrada de empresas mineradoras antes que sejam esclarecidos os itens do decreto".

"A nossa preocupação já é grande com a falta de demarcação das terras indígenas e agora tende a se agravar", confessou. Na reserva Kaiapó, as tribos dos Gorotire e Kikretun enfrentam "vários problemas causados, pela convivência com garimpeiros em suas terras". Com os percentuais da exploração do ouro, esses índios "já estão deixando a prática da agricultura, inclusive querendo contratar bran-

cos para realizar este trabalho, no caso dos Kikretun, e está incentivando a saída dos mais jovens, que vão para as cidades, onde se marginalizarão dentro de um período".

Junto às lideranças indígenas dessas aldeias, a Funai tem procurado carrear os recursos oriundos dos garimpos para um desenvolvimento comunitário, como a construção de casas, manutenção das aldeias, entre outros fins. Porém, reconhece que os recursos provenientes da exploração mineral "aumentam a ociosidade indígena", indispondo-os à prática da agricultura. "A geração atual pode usufruir de alguns benefícios. Mas o importante é desenvolver uma atividade duradoura para garantir a sobrevivência das futuras gerações", destaca.

Os maiores problemas da exploração mineral por garimpeiros concentram-se entre os Gorotire, principalmente em função da proximidade da aldeia com o garimpo — apenas cerca de 20 km, enquanto que o garimpo dos Kikretun está a cerca de 60 km da aldeia. É justamente por isso que os Goro-

tire têm sérios problemas com a poluição do rio Fresco pela lavagem dos cascalhos.

Além disso, cita Salomão Santos que os Gorotire percebem apenas 0,1 por cento da comercialização do ouro, o que lhes permite um rendimento mensal de 30 a 40 milhões de cruzeiros. Tal rendimento é superado pelos Kikretun, que tem atuação direta na comercialização do ouro, que conseguem em apenas uma semana esse mesmo valor. Mas ambos reivindicam o aumento do percentual para obterem maiores vantagens de uma atividade econômica finita.

Várias empresas estatais e privadas detêm pedidos de alvarás de exploração em várias reservas indígenas da jurisdição da Delegacia Regional, notadamente as reservas dos Kaiapó e dos Oiapoti, estes no Território Federal do Amapá. Contactados há apenas 10 anos, os Oiapoti estarão mais sujeitos ao desaparecimento com a liberação de suas terras às inúmeras empresas mineradoras que possuem pedidos de alvarás para a exploração das jazidas de ouro ali existentes.

### Docegeo fora das terras indígenas

Detentora de vários pedidos de alvarás de pesquisa em reservas indígenas, a Rio Doce Mineração e Geologia (Docegeo) "não tem interesse de atuar em terras indígenas". Foi o que afirmou, ontem, o seu secretário administrativo, Luis Bandeira, a propósito do decreto-lei assinado, antontem, pelo Presidente Figueiredo, liberando essas reservas à pesquisa e exploração mineral.

Essa posição, por sinal, foi manifestada pelo diretor da Docegeo, Breno dos Santos, em novembro, quando a entrada de Nelson Marabuto na Funai, em substituição a Jurandyr Fonseca,

abriu a perspectiva de regulamentação das mineradoras em reservas indígenas. Mas, conforme acrescentou Luis Bandeira, a empresa mantém esses pedidos até mesmo para proteger essas reservas do avanço de outras mineradoras.

Aliás, informou Luis Bandeira que desde 1979 a Docegeo vem mantendo essa postura. Nesse ano, após avaliar o potencial das jazidas de cassiterita e estanho, na reserva dos Yanomani, no Estado de Rondônia, a Docegeo recomendou a interdição da área, pois "qualquer atividade mineradora implicaria em ameaça à sobrevivência dessa comunidade indígena".

Sobre os pedidos de alvarás em

reservas, Luis Bandeira explicou que eles são feitos a partir das avaliações das imagens de radar que revelam formações rochosas. Se há coincidência ou não das formações rochosas com as reservas indígenas, cabe ao Departamento Nacional de Produção Mineral verificar junto à Funai, concedendo ou não os pedidos.

Para que seus pedidos não caduquem e possam continuar a bloquear o interesse de outras mineradoras por essas áreas, o secretário administrativo confessa que a Docegeo tem recorrido a mecanismo de prorrogação dos pedidos, como a solicitação de maiores prazos.

### Apgam vai reafirmar posição

A Associação dos Geólogos da Amazônia (Apgam) vai reafirmar, através de nota oficial, sua posição assumida em novembro passado, aquando da demissão do ex-presidente da Funai, Jurandyr Fonseca, contrária à liberação das terras indígenas à exploração mineral. "A regulamentação da atividade mineral em reservas indígenas irá contribuir

para a extinção da cultura e da comunidade indígenas", afirmou, ontem, o presidente da Apgam, Carlos Alberto Alves.

Ao invés de se permitir o desenvolvimento de pesquisas e explorações em áreas indígenas, o presidente da Apgam considera que seria mais interessante para o País incrementar

pesquisas geológicas em outras áreas. "Geologicamente, o País deixou de fazer geologia básica. As próprias estatais deixaram de fazer pesquisa. Há cerca de 90 por cento do território nacional por se trabalhar. É desnecessário liberar terras indígenas quando se tem áreas disponíveis com ocorrências minerais, inclusive o ouro", argumentou.